

O PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DE UBERLÂNDIA

THE SOCIO-DEMOGRAPHIC PROFESSIONAL PROFILE OF HIGH SCHOOL TEACHERS AT UBERLÂNDIA

Roberto Valdés Puentes – PPGED - Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

robertopuentes@faced.ufu.br

Andréa Maturano Longarezi – PPGED - Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

andrea.longarezi@terra.com.br

Orlando Fernández Aquino PPGE - Universidade de Uberaba–UNIUBE.

ofaquino@gmail.com

Resumo: O texto apresenta dados parciais de uma pesquisa mais ampla e descreve o perfil geral dos professores que atuam na rede pública estadual de Ensino Médio na cidade de Uberlândia. Durante a pesquisa, acionou-se sobre uma amostra de 66 professores do total de 331 que compõem o corpo docente de 7 das 27 escolas que constituem o universo. As informações foram coletadas a partir de um questionário com indicadores que permitiram traçar o perfil sócio demográfico e profissional dos professores desse segmento escolar. O estudo constatou o predomínio de professores do sexo feminino; com idade média de 41 anos; renda inferior a três mil reais; 20% sem formação universitária; metade sem estudos de pós-graduação; um terço com contrato de trabalho temporário e precário; mais da metade com cinco horas de aula por dia em média; um terço com menos de quatro anos de experiência na docência; elevado número de alunos sob sua responsabilidade em sala e nove ou mais turmas. Levar em consideração as informações apresentadas sobre o perfil sócio demográfico e profissional dos professores é um passo para se pensar na concepção e implementação de estratégias de intervenção voltadas para seu desenvolvimento profissional e didático-pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Uberlândia; Professores; Perfil sócio demográfico; Perfil Profissional.

Abstract: This paper describes the general profile of teachers working for the state public high schools at Uberlândia. The research has been conducted on a sample of 66 teachers out of 331 that constitute the staff of 7 out of 27 schools. Data were collected from a questionnaire containing indicators that demonstrate the teachers' socio-demographic professional profile of that school segment. The results reveal a higher quantity of female teachers, average aged 41 years old, and income rate lower than three thousand reais. 20% have no academic formation; 50% have no post-graduation formation; a third of the teachers have temporary and precarious contracts, more than 50% with an average of 5 hours/day; a third of the teachers have less than four years experience; they also have a high number of students under their responsibility in the classrooms besides having nine or

more groups of students. It is important to take into consideration the information presented about the teachers' socio-demographic profile so we can think on the conception and introduction of intervention strategies towards their pedagogic/didactic professional development.

Keywords: High level; Uberlândia; Teachers; socio-demographic profile; professional profile.

Introdução

O trabalho apresenta dados parciais da pesquisa “*Desenvolvimento profissional dos professores que atuam no Ensino Médio: um diagnóstico de necessidades e de obstáculos didático-pedagógicos*”¹. Com o intuito de avaliar os principais indicadores de desempenho das funções docentes, especialmente a docência (organização, a execução e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem), a pesquisa levantou dados sobre o perfil sócio demográfico e profissional dos professores desse segmento escolar.

O contexto no qual se desenvolve o Ensino Médio no Brasil está caracterizado pelo forte impacto da globalização, pelo surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação, pela multiplicação dos saberes e pelo aumento do papel do conhecimento na produção material e espiritual da sociedade. Em razão disso, os estudos mais recentes sobre docência em geral (GAUTHIER ET. AL., 1998; VEIGA, 2008; TORUNCHA, 2004; RICO e SILVESTRE, 1997; CUNHA, 2004), e sobre docência no Ensino Médio em particular (GONZÁLEZ REY, 2008; MITJÁNS MARTINEZ, 2008; SILVA, NÚÑEZ e RAMALHO, 2003; NÚÑEZ e RAMALHO, 2002; NÚÑEZ, 2004; DIAS, NÚÑEZ e RAMOS, 2010), apontam no sentido da necessidade de uma verdadeira renovação nas formas de pensar o ensino, a aprendizagem e as práticas pedagógicas.

A docência no Ensino Médio, como última etapa da educação básica, tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos, possibilitar o prosseguimento de estudos, bem como aprimorar a capacidade de adquirir e organizar novos saberes, com base nas capacidades humanas e intelectuais desenvolvidas no Ensino Fundamental. Desse modo, a nova identidade do nível estará constituída pedagogicamente, a partir de um currículo que privilegia a diversificação, flexibilidade, contextualização, interdisciplinaridade, formação de competências e desenvolvimento de conteúdos e habilidades (BRASIL, 2000).

¹ Projeto realizado com recursos da FAPEMIG (Edital FAPEMIG 01/2009 - Demanda Universal - Processo APQ – 01437-09).

A docência, nessa perspectiva, coloca a centralidade da prática do professor na autonomia e na competência para elaborar seu próprio currículo; no trabalho colaborativo em volta da construção de propostas político-pedagógicas; na aprendizagem significativa dos alunos; na aproximação entre teoria e prática; na preparação para o exercício pleno da cidadania; entre outras (BRASIL, 2000).

Sob esse prisma se faz necessário modificar os modos de atuação do professor e pensar na importância de sua formação científica, pedagógica e política, de maneira a permitir a incorporação de novas funções e a construção de outros saberes profissionais. Dentre esses saberes estão as formas inovadoras de organização do tempo e do espaço escolar, o respeito ao papel da escola, o uso das mídias, bem como o domínio do conteúdo específico, pedagógico e político-social necessários para o exercício da docência.

A proposição de processos formativos que contribuam para um desenvolvimento profissional pautado nos aspectos assinalados requer, antes de tudo, conhecer quem é esse professor. É por esse motivo que o presente trabalho se propõe a contribuir com informações sobre os professores que atuam na rede pública estadual de Ensino Médio em Uberlândia, delineando especificamente seu perfil sócio demográfico e profissional.

De um total de 27 escolas, selecionou-se uma amostra integrada por sete escolas escolhidas seguindo como critério a nota atingida no ENEM em 2009²: as três primeiras escolas³ com notas que as situam acima da média municipal da rede pública (536 pontos) e as quatro restantes⁴ com notas que as colocam abaixo dessa média. Dos 331 professores que compõem o corpo docente das sete escolas, foram escolhidos aleatoriamente para compor a amostra 66 professores, 20% da população correspondente.

As informações gerais relacionadas às unidades federativa e estadual foram levantadas junto aos Bancos de Dados oficiais dos respectivos órgãos. Os dados referentes

à amostra de professores do Ensino Médio de Uberlândia foram coletados a partir da aplicação de um questionário com indicadores (sexo – idade - estado civil - renda familiar - autotranscrição racial - titulação, escolaridade - situação funcional - formação acadêmica

² O processo de seleção de escolas com notas no ENEM/2009 acima e abaixo da média foi efetuado levando em consideração o interesse de se estudar, dentro do projeto de pesquisa citado, as prováveis correlações existentes entre: o perfil sócio demográfico, profissional e didático-pedagógico dos professores e o desempenho cognitivo e procedimental manifesto pelos estudantes nos exames.

³ E. E. Messias Pedreiro (1ª nota), E. E. de Uberlândia (4ª nota) e E. E. Segismundo Pereira (8ª nota).

⁴ E. E. Teotônio Vilela (14ª nota), E. E. Mario Porto (15ª nota), E. E. Américo René Giannetti (20ª nota) e E. E. Jerônimo Arantes (21ª nota).

- condições de trabalho - experiência e ciclo de vida profissional) que permitiram traçar o perfil sócio demográfico e profissional dos docentes desse segmento escolar ora apresentados.

1. O perfil sócio demográfico

1.1 Sexo

No Brasil se observa que a presença da mulher no mercado de trabalho, fundamentalmente no setor terciário, representa em média 70% dos postos ocupados. Só as áreas de saúde e educação, juntas, abrangem perto de 20% das ocupações brasileiras, 16,8% responsáveis pelo sexo feminino e só 3,4% pelo masculino. Pesquisas brasileiras fazem essa constatação, pois indicam que a categoria é majoritariamente feminina (83,1%) em comparação ao sexo masculino (16,9%) (GATTI e BARRETO, 2009). Na educação infantil quase a totalidade dos professores é constituída de mulheres (98%). No ensino fundamental, 88,3% dos docentes são mulheres e 11,7% homens.

No caso do Ensino Médio em nível nacional essa proporção diminui, mas continua prevalecendo o sexo feminino (67%). Segundo dados divulgados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (BRASIL, 2009) o número de professoras nesse nível de ensino há dois anos correspondia a 64,08% do total de professores. No caso de Minas Gerais esse índice era de 67,52%.

Em Uberlândia, entre os mais de três mil professores vinculados à rede estadual pública de Ensino Médio em 2010, 58,61% eram do sexo feminino e 41,38% do masculino. O mesmo comportamento se repete no total de professores que compõem o corpo docente das 7 (sete) escolas selecionadas na pesquisa, pois dos 331 professores, 64,04% são mulheres e 35,93% homens. Desses, quando tomada a amostra de 66 professores, 57,58% é do sexo feminino e 42,42% do masculino em todas as escolas

selecionadas. Isso revela que a distribuição de professores por sexo no caso do município acompanha o comportamento desse indicador em nível nacional e estadual.

1.2 Idade

No que diz respeito particularmente à idade dos professores, com base em dados de aproximadamente sete anos, observa-se que em âmbito nacional a média era a de 37,8 anos o que, considerando o panorama mundial, colocava-os entre os mais jovens. Havia, pois, uma concentração significativa desses profissionais nas faixas de 26 a 35 anos e de 36 a 45 anos (33,6% e 35,6% do total, respectivamente). Os professores com até 25 anos somavam 8,8% do total e com mais de 45 anos 21,9% (ANDRADE et. al., 2004, p. 47).

Hoje, na Educação Básica especificamente, a média de idade dos professores é praticamente a mesma (38 anos). As idades que aparecem com mais frequência variam entre 28 e 42 anos. Por fim, a média de idade do Ensino Médio é de 40 anos com uma moda de 42 (PESTANA, 2009).

O número de professores no Ensino Médio, por faixa etária, segundo a região geográfica e a unidade federativa, indica que há uma concentração maior deles nas faixas de 25 a 32, de 33 a 40 e de 41 a 50 anos (23,72%, 26,27% e 31,04 do total, respectivamente). O número de professores com idade até 24 anos é pouco representativo (3,69%) e está bem abaixo da média nacional. Chama atenção a quantidade relativamente alta de professores situados na faixa acima de 50 anos (15,24% (BRASIL, 2009).

No caso do Ensino Médio em Uberlândia, a idade média é de 41 anos, um pouco superior à brasileira. A idade que mais se repete é de 31 anos. Enquanto em nível nacional os professores de Ensino Médio se concentram, principalmente, em duas faixas (26-35 e 36-45), em Uberlândia os docentes se distribuem de maneira bastante equitativa dentro de três faixas: 32,96% têm entre 26 a 35 anos, 33,07% entre 36 e 45 anos e 32,48% com mais de 45 anos. Não obstante, o número de professores jovens com menos de 25 anos e mais de 60 está bem abaixo da média nacional (1,50% e 1,24%, respectivamente). Por fim, o comportamento da idade da amostra de professores pesquisados nas sete escolas selecionadas é muito similar à média de idade do total de professores do Ensino Médio,

distribuindo-se ao longo, principalmente, das três faixas mencionadas, em razão de 20 a 30% em cada uma delas. O número de professores com idade superior a 60 anos é praticamente o mesmo (1,18%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Proporção de professores por faixa etária segundo amostra

Faixa etária	Total
Até 30 anos	21,18
De 30 a 40 anos	29,41
De 41 a 50 anos	28,24
De 51 a 60 anos	20,00
Acima de 60 anos	1,18

Cabe também destacar que em Uberlândia, diferentemente do que acontece em nível nacional, aonde a maior concentração de docentes atuantes vai até os 45 anos (78%), o número de professores com mais de 40 anos (49,42%) exercendo a docência é quase proporcionalmente igual ao número de professores abaixo dessa idade (50,58%). Por fim, chama a atenção a porcentagem de docentes que está ativa com idade superior aos 50 anos (21,18%).

1.3 Estado civil, renda familiar e autoclassificação racial

No Brasil os professores declaram-se, em sua maioria, casados (55,1%), situação que não varia muito segundo o sexo. No caso específico dos professores do Ensino Médio de Uberlândia, esse índice não se altera significativamente (49,23%). Declararam-se solteiros 38,46%, divorciados 10,77% e viúvos 1,54% (Tabela 2). Assim sendo, quase metade dos professores pesquisados habita com o cônjuge ou companheiro, e com seus próprios filhos e/ou com filhos do companheiro.

Tabela 2 – Proporção de professores segundo o estado civil

Estado civil	Proporção (%)
Solteiro (a)	38,46
Casado (a) / Amasiado (a)	49,23
Divorciado (a)	10,77

Viúvo (a)	1,54
Total	100,0

Quanto ao número de dependentes entre os professores do Ensino Médio de Uberlândia, observa-se a predominância de professores que constituem famílias relativamente pequenas. Nenhum dos professores que compõem a amostra tem acima de 3 dependentes. Tal como se observa na Tabela 3, 24,25% dos docentes não têm dependentes, 44,0% tem só um, 34,0% têm 2 e 22,0% têm 3 dependentes.

Tabela 3 – Proporção de professores segundo os dependentes

Dependentes	Proporção (%)
Sem dependentes	24,25
1 dependente	44,0
2 dependentes	34,0
3 dependentes	22,0
Acima de três dependentes	0,0
Total	100,0

Em relação à renda familiar é preciso mencionar que, a despeito da desvalorização da profissão docente, refletida nos baixos salários, a situação dos professores é sensivelmente superior à média da população brasileira, o que demonstra a precária

situação financeira da população de um modo geral. Estudo divulgado em 2004 revela que 65,5% dos professores possuíam renda familiar entre dois e dez salários mínimos e 36,6% entre cinco e dez (ANDRADE et. al., 2004).

No caso de Minas Gerais foi fixado recentemente o subsídio do grupo de atividades de Educação Básica, por intermédio da Lei n. 18.975/2010, que passa a definir o piso salarial dessa classe de trabalhadores segundo as duas modalidades de carga horária semanal de trabalho fixada (24 horas e 30 horas), bem como as diferentes gratificações. O vencimento básico é definido pela escolaridade (Ensino Médio, Licenciatura Curta,

Licenciatura Plena, Especialização, Certificação, Mestrado e Doutorado) e pelo Grau (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P) (Tabela 4).

Nos últimos sete anos houve um aumento da renda familiar, acompanhando o crescimento do salário nominal do professor. Em termos reais esse aumento não modificou seu poder aquisitivo.

Tabela 4 – Proporção de professores pelo salário

Escolaridade	Proporção – 24 horas (A até P)	Proporção - 30 horas (A até P)
Ensino Médio	1.122,00 - 1.589,36	1.402,50 – 1.981,70
Licenciatura Curta	1.188,00 - 1.678,00	1.485,00 – 2.098,27
Licenciatura Plena	1.320,00 - 1.865,00	1.650,00 – 2.331,41
Especialização	1.452,00 - 2.051,00	1.815,00 – 2.564,56
Certificação	1.597,20 - 2.256,80	1.996,50 – 2.821,00
Mestrado	1.756,92 – 2.482,48	2.196,15 – 3.103,10
Doutorado	1.932,61 – 2.730,73	2.415,77 – 3.413,41

Um cruzamento dos dados relacionados à escolaridade da amostra de professores pesquisados com os da tabela sobre o vencimento básico (considerando que todos trabalham em média 30 horas semanais) mostra que a maioria que é especialista (78,94%) e ganha entre R\$ 1.815,00 e R\$ 2.564,56; enquanto 21,05% são mestres e ganham entre 2.196,15 e 3.103,10; por fim, 20% têm apenas o Ensino Médio (graduandos) e ganham entre 1.402,50 e 1.981,70 reais. Esses dados constituem-se uma média, uma vez que nem

todos os professores trabalham 30 horas semanais. Há quem trabalha 24, bem menos que 24 (na condição de professor designado) e acima de 30 horas (quando desempenha mais de um cargo). Além disso, muitos dos professores do Ensino Médio recebem também adicionais por anos de serviço, auxílio alimentação, auxílio transporte e adicional noturno, periculosidade e insalubridade etc.

Contudo, a renda familiar do professor do Ensino Médio piorou nos últimos oito anos (2004-2011) quando comparada ao rendimento do salário mínimo. Em 2004, 65,5% dos professores da Educação Básica possuíam uma renda familiar que variava entre dois e dez salários mínimos (ANDRADE et. al., 2004); hoje, quando analisados os dados da amostra de professores pesquisados (Tabela 5), nota-se que quase dois terços deles

(72,31%) têm uma renda familiar entre dois e sete salários mínimos, 27,69% entre sete e doze salários e apenas 6,5% acima de doze salários.

Tabela 5 – Proporção de professores segundo a faixa de renda familiar mensal

Faixa de renda familiar mensal	Proporção (%)
Até 02 salários mínimos	12,31
Entre 02 e 6 salários mínimos	60,0
Entre 07 e 11 salários mínimos	21,54
Entre 12 e 18 salários mínimos	6,15
Acima de 18 salários mínimos	0,0
Total	100,0

Pelo exposto, é certo que aumentou o salário dos professores do Ensino Médio e sua renda familiar na última década, mas só do ponto de vista de valores absolutos. Comparado com o rendimento experimentado pelo salário mínimo no governo Lula, o salário dos professores diminuiu drasticamente.

Quanto à autoclassificação dos professores de acordo com a raça/cor, é importante considerar que em nível nacional há variações significativas entre os estados e regiões acompanhando o comportamento desse atributo na população brasileira. De acordo com

dados recentes de pesquisas, enquanto na Região Sudeste há 50,5% de professores brancos, nas Regiões Norte e Nordeste há apenas 7,6% e 12% respectivamente, de profissionais com essas características (PESTANA, 2009).

Em relação ao comportamento dessa variável no Ensino Médio no Brasil, dados do INEP (MEC/Inep/Deed, 2009) indicam que dos 461.542 professores nesse nível de ensino em 2009, 45,07% se declara branca, 2,67% negra, 16,60% parda, 073% amarela, 0,19% indígena, enquanto que 34,71% não declara. No estado de Minas Gerais, 33,49% é branca, 2,19% negra, 17,25% parda e 46,77 não declara.

Pela amostra do corpo docente do Ensino Médio em Uberlândia, os professores consideram-se na sua maioria branca (71,88%). Só 9,38% se declara negra e 18,75% parda. Esses índices se correspondem, proporcionalmente, com as estatísticas tanto em nível nacional como estadual.

2. Perfil profissional

2.1 Escolaridade, titulação e formação acadêmica

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1999), apenas professores com nível superior em curso de licenciatura de graduação plena ou com formação pedagógica poderiam lecionar no Ensino Médio. A própria Lei estabelecia que essa determinação começasse a valer a partir de 2007 e até final da Década da Educação somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

No sentido de reforçar a Lei e ajudar avançar na concretização de um Ensino Médio de qualidade para todos o MEC instituiu, pelas portarias n. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e n. 386 de 25 de março de 2008, um Grupo de Trabalho Interministerial que redigiu e circulou o documento titulado “Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil” (MEC, 2008). No documento, no apartado sobre os princípios e pressupostos fundamentais, ficou definida a necessidade de garantir as condições para o exercício da docência pelo fortalecimento da identidade profissional docente e da centralidade de sua ação no processo educativo.

Um ano depois esse nível de ensino já disponha de 91,31% de seus professores com nível superior completo (BRASIL, 2009), 87,0% deles com licenciatura (PESTANA, 2009). No caso específico do estado de Minas Gerais, eram 92,80% os professores com formação universitária.

Hoje o município de Uberlândia está acima das médias que o estado e a nação apresentavam em 2009, pois 97,88% de seus professores têm nível universitário (MEC/Inep/Deed, 2010). No caso do Ensino Médio, especialmente, de acordo com a amostra analisada (Tabela 6), 80% dos docentes têm ensino superior, (73,33% são licenciados e 6,67% bacharéis), enquanto que 20% ainda encontram-se cursando a graduação. Em relação à pós-graduação, verifica-se que 38 dos 66 professores entrevistados declaram possuí-la. Desse total, 78,9% têm pós-graduação no nível *lato sensu* (especialização) e 21,05% no nível *stricto sensu* (mestrado).

Tabela 1 – Proporção de professores segundo titulação

Curso/Título		Município	Amostra
Ensino Fundamental		0,07	0,0
Ensino Médio		2,06	0,0
Superior incompleto		--	20,0
Superior completo	Licenciado	97,88	73,33
	Bacharel		6,67
Pós-Graduação	Especialista	Desconhece	78,94
	Mestre	Desconhece	21,05
	Doutor	Desconhece	0,0

2.2 Situação profissional e condições de trabalho

Um dos aspectos que caracteriza a Educação Básica no país tem a ver com a garantia que desfruta o professor da rede de escolas públicas em relação a sua estabilidade profissional. Segundo dados de 2004, predominavam no país os professores efetivos (concurados) em relação aos docentes enquadrados em outras situações funcionais. Mais

da metade (66,1%) dos docentes que exerciam a docência em escolas públicas eram concursados e pouco mais de 9% efetivados sem concurso (ANDRADE et. al., 2004). O restante dos professores era designado ou contratado temporariamente (25%). Conclusão similar chegam Abramovay e Castro (2003) em pesquisa realizada a partir da análise de uma amostra de professores em representação de 13 capitais federativas. De acordo com os autores, em 11 das 13 capitais sobressaíam os professores efetivos sobre os docentes efetivados, temporários ou substitutos eventuais. As cidades de Rio Branco e Belo Horizonte apareciam como únicas exceções. Em Belo Horizonte, especificamente, 25,3% do total eram professores efetivos, contra 65,4% com contratos precários ou temporários.

Sobre os mais de três mil professores da rede pública estadual de Ensino Médio em Uberlândia não se tem estimativas em relação a sua situação funcional. Não obstante, em relação aos 331 docentes vinculados às 7 escolas pesquisadas, é possível afirmar que a proporção de professores que gozam da mesma estabilidade profissional que têm a maioria dos professores no Brasil é ainda maior. Por esse motivo, pela sua composição e proporção, a situação funcional dos professores se assemelha mais com a realidade

brasileira do que com Belo Horizonte, pois 77,95% deles são efetivos, 2,71% são efetivados, enquanto que 19,34% são designados ou têm contrato temporário.

Já o comportamento da amostra de 66 professores analisados aproxima-se mais da situação que vivia o magistério em Belo Horizonte, no ano de 2004, do que com o Brasil. Do total da amostra, 42,85% são efetivos, 25% efetivados e 32,14% designados (Tabela 7). De qualquer modo, a proporção de professores com estabilidade funcional é alta, acima de 67%, quando considerado que o professor efetivado, ainda que sem concurso, dispõe quase das mesmas garantias que o efetivo. Mas, o índice de professores que trabalha com contrato precário ou temporário é alto, isto é, de aproximadamente um terço.

Tabela 7 – Proporção de professores segundo a situação funcional

Situação funcional	Total de professores	Amostra
Efetivo concursado	77,95	42,85
Efetivo sem concurso (Efetivado)	2,71	25,00
Contrato temporário (Designado)	19,34	32,14

Em definitivo, a percentagem de professores efetivos é baixa em relação à média nacional, ainda quando não chega aos níveis precários que apresenta na capital do estado. Mais de 19% do total, e acima de 32% da amostra de professores têm contrato temporário, o que representa uma proporção expressiva se levado em consideração que se trata do setor público.

Sobre a carreira profissional dos professores no Brasil é possível afirmar que se inicia cedo, muitas vezes antes da própria formação profissional. De acordo com pesquisa consultada, 53% dos professores conseguiam seu primeiro emprego antes de concluir seus cursos de habilitação, outros 20,5% ingressavam no mercado de trabalho no máximo seis

meses após serem habilitados e mais de 70% do total iniciavam a atividade laboral em escolas públicas (ANDRADE et. al., 2004).

Verifica-se que, em relação à quantidade de horas semanais que atuam em sala de aula, 54,2% dos professores brasileiros cumpria de 21 a 40 horas, 30,9% de 1 a 20 e 14,8% mais de 40 em 2003. De acordo com o número de escolas em que trabalhavam se observa que 58,5% apenas estavam vinculados a uma escola, 32,2% a duas e 6,3% a três escolas. Mais de 60% dos professores do sexo feminino trabalhavam em uma só escola. Por fim, quanto ao número de alunos por professor em sala de aula sob sua responsabilidade, a mesma pesquisa identificou que as proporções mais elevadas eram de 17,8% dos professores que possuíam entre 201 e 300 alunos e 17,7% dos que tinham mais de 600 alunos (ANDRADE et. al., 2004).

A Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia não dispõe, segundo informação da própria instituição, dos dados completos a respeito da proporção dos

professores de Ensino Médio da rede pública estadual segundo a quantidade de horas semanais em sala de aula. Não obstante, sabe-se que as condições de trabalho dos professores variam em relação ao tipo de regime, jornada e situação funcional. Conforme a legislação em vigor no país, a carga de trabalho é de 24 ou 30 horas, podendo chegar a 48 quando desempenham dois cargos. Na amostra estudada, independentemente do tipo de situação funcional, 24,56% dos professores tem uma jornada laboral inferior a 20 horas, 61,40% entre 21 e 40 horas, 14,03% superior a 40 horas. De maneira que acima da metade dos professores trabalha mais de um período por dia na escola.

Não obstante, interessa saber em que tipo de atividades os professores investem a maior parte de sua jornada de trabalho na escola, bem como qual é a proporção de horas destinadas a ministrar a docência em relação ao tempo que dispensam para realizar outras funções docentes. A tabela 8 apresenta a proporção de professores segundo a quantidade de horas semanais em sala de aula.

Tabela 8 – Proporção de professores segundo a quantidade de horas semanais em sala

Horas despendidas	Horas em sala de aula
De 1 a 20 hora/aula	49,12

De 21 a 40 hora/aula	49,12
Mais de 40 hora/aula	1,75

Metade dos professores fica em média entre 21 e 40 horas dando aulas, enquanto que a outra metade fica em média entre 1 e 20 horas. Enfim, 57,89% dos professores que trabalham no Ensino Médio da rede pública estadual de Uberlândia ministram mais de 20 horas semanais de aula, o que representa em média cinco horas de aula por dia.

Nesse caso, quando considerado o comportamento da amostra de professores analisada nesse indicador, é possível comprovar que a situação do professor de Ensino Médio em Uberlândia é melhor que a dos colegas da categoria em nível nacional. Enquanto no Brasil menos de um terço dos professores permanece em sala entre 1 e 20

horas/aula por semana, em Uberlândia essa cifra amplia-se para quase 50%. A outra metade trabalha entre 21 e 40 horas/aula e só pouco mais de 1% trabalha mais de 40 horas.

Mas, o que em termos absolutos é motivo de comemoração deixa de sê-lo quando se efetua uma análise de correlação entre o número total de aulas que a maior proporção de professores ministra por semana e as características específicas de quase um quarto desse total de professores. Os professores que proporcionalmente mais aulas ministram são os designados, cujo tipo de contrato é o mais precário de todos porque têm maior quantidade de horas de aula, menor jornada de trabalho dentro das escolas, menores níveis de escolaridade, menor tempo de titulação (5 anos em média) e menor experiência profissional (3,5 anos).

Sendo assim, é possível afirmar que os professores com mais necessidades formativas são os que mais trabalham em sala exercendo a docência e os que dispõem de menos tempo para participar de atividades coletivas de aperfeiçoamento, planejamento de aulas e avaliação da aprendizagem.

Em relação ao número de escolas em que trabalham, a maioria dos professores pesquisados afirma ter vínculo com apenas uma empresa (71,93) e o restante (28,07%) com duas. Daqueles que declaram ter dois empregos, 72% trabalham em outra escola, a metade na rede de escolas públicas estaduais de Ensino Médio e ministram as mesmas disciplinas. Além disso, não há diferenças significativas entre os professores que trabalham em dois lugares, em relação ao tipo de situação funcional, mas sim em relação ao gênero,

pois, diferente do que acontece em nível nacional, são muito mais os professores do sexo feminino os que têm mais de um emprego (60%).

Quanto ao número de alunos que os professores possuem sob sua responsabilidade, tal e como se observa na tabela 9, não há significativa variação entre o Brasil e a amostra analisada, nos últimos seis anos (2004-2010). Em nível brasileiro, assim como na amostra, as maiores proporções estão entre os professores que possuem de 201 a 300 alunos (17,8%) e de 301 a 400 alunos (18,1%). As diferenças mais significativas estão no fato de que, na amostra, essas proporções são mais altas nos dois casos (na ordem de 4% a 5%) e de que a proporção de professores com mais de 600 alunos diminuiu, enquanto que com menos de 100 alunos também diminuiu. Observa-se na amostra uma maior concentração de professores responsáveis por quantidades de alunos que variam de 200 a 500.

Tabela 9 – Proporção de professores segundo o número de alunos

Número de alunos	Proporção	
	Ensino Médio no Brasil (2004)	Ensino Médio em Uberlândia (amostra)
Até 40	1,5	0,0
De 41 a 100	4,6	1,78
De 101 a 200	15,9	14,28
De 201 a 300	17,8	23,21
De 301 a 400	18,11	22,0
De 401 a 500	14,7	13,0
De 501 a 600	9,8	14,5
Mais de 600	17,7	11,0

No Ensino Médio, de modo mais acentuado do que ocorre nos anos finais do ensino fundamental, os professores trabalham com um maior número de alunos e de turmas porque aprofundam sua formação em áreas específicas de conhecimento e ministram um número menor de disciplinas. Na amostra de professores estudados 98% deles ministram apenas uma disciplina. Não obstante, no que diz respeito à quantidade de turmas, a situação dessa amostra é bastante diferente em relação ao Brasil e ao estado de Minas

Gerais (Tabela 10). Embora a proporção de professores do Ensino Médio em Minas Gerais, segundo a quantidade de turmas em que lecionam, é muito similar à do Brasil, onde os casos de maior frequência mostram docentes atuando em três turmas (16,53% e 18,28%, respectivamente), em Uberlândia não há professores atuando com menos de três turmas e a maior proporção se concentra em nove turmas (15,78%) e 10 ou mais turmas (47,35%).

Tabela 10 – Proporção de professores segundo a quantidade de turmas em que lecionam

Quantidade de turmas	Professores do Ensino Médio		
	Brasil	Minas Gerais	Uberlândia (amostra)
01	9,64	11,13	0,0
02	11,10	16,53	0,0
03	16,53	18,28	3,50
04	11,10	11,58	1,75
05	9,62	10,77	8,77
06	10,0	9,76	10,52
07	6,55	6,57	5,26
08	5,56	5,19	3,50
09	4,20	4,30	15,78
10 ou mais	15,65	9,60	47,35

Os dados indicam, pois, que os professores de Uberlândia que compõem a amostra estudada são responsáveis por um número menor de alunos em relação à média nacional, mas ministram mais aulas porque têm maior número de turmas; ou, colocado de outro modo, os professores de Uberlândia lecionam em maior quantidade de turmas, mas suas salas são menos lotadas que a média nacional.

2.3 Experiência e ciclo de vida profissional

A carreira profissional de cada indivíduo em particular atravessa diferentes etapas. Huberman (1991) destinou parte de suas pesquisas a delimitar esses momentos. Segundo ele, na carreira pedagógica de um professor podem ser estabelecidas, levando em consideração o desenvolvimento do indivíduo na idade adulta, sete fases distintas: 1) RPD – *Revista Profissão Docente, Uberaba, v.11, n. 23, p. 132-153, jan/jul. 2011– ISSN 1519-0919*

Entrada na carreira; 2) Estabilização; 3) Diversificação; 4) Pôr-se em questão; 5) Serenidade e distanciamento afetivo; 6) Conservadorismo e lamentações; 7) Desinvestimento.

Os estudos empíricos consultados sobre o tema (HUBERMAN, 1992; CRUZ, 2006) situam a etapa de escolha e entrada na carreira docente entre os 2 ou 3 primeiros anos de ensino. A fase pode prolongar-se em razão das circunstâncias e do perfil do professor. Corresponde-se com o momento de contato inicial com as situações de sala de aula, caracterizado pela “sobrevivência”, “descoberta”, “choque do real”, “exploração”, “opções provisórias” e pelo confronto inicial com a complexidade da situação profissional.

Uma vez superada a fase inicial, os docentes entram naquilo que é considerado na literatura como momento de comprometimento definitivo com a profissão, de tomada de responsabilidade e estabilização. De acordo com Huberman (1992) esta fase, que se compreende entre os 4 e 6 anos de experiência, está acompanhada por um sentimento de “competência” pedagógica crescente, conforto, confiança, consolidação de um repertório pedagógico, construção de uma identidade profissional e descentralização (os docentes passam a se preocupar menos consigo e mais com os objetivos didáticos).

As fases de diversificação, pôr-se em questão, e de serenidade e distanciamento estendem-se entre os 7 e 20 anos de experiência. Trata-se, de um longo período em que os docentes sentem necessidade de lançarem-se em pequenas séries de experiências pessoais, diversificando o material didático, os modos de avaliação, a forma de agrupar os alunos, as sequências do programa etc. (CRUZ, 2006).

Por fim, as etapas de conservadorismo e desinvestimento atingem os professores com mais de vinte anos de experiência. Manifesta-se na forma de lamentações e na ausência de estímulos, motivações e interesses pessoais em relação ao trabalho.

No caso da vida profissional dos professores brasileiros é possível afirmar que se inicia cedo e se encerra tarde, por esse motivo a carreira de magistério se transformou em uma das mais longas e experientes de todas. Os professores do Ensino Médio, em particular, possuíam, segundo dados de pesquisa divulgados seis anos atrás, uma experiência na docência que variava entre 10 e 15 anos de tempo de serviço. Na cidade de Belo Horizonte, o tempo estimado de experiência no magistério era de 11,8 anos em

escolas públicas e de 18,8 em privadas e de 13,8 em média (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003).

Em Uberlândia, observa-se que a amostra de professores pesquisada é muito heterogênea quanto aos anos de experiência na docência, de maneira geral e no Ensino

Médio, em particular. No Ensino Médio essa variação é ainda maior, pois se estende dos três meses a 33 anos enquanto que em outros níveis oscila de 0 e 28 anos. O tempo de experiência no Ensino Médio é de 11,16 anos e em outros níveis de 5,51 anos. Os anos de experiência que aparecem com mais frequência (moda) variam entre 2 e 10. Os dados coletados mostram que 27,27% docentes possuem menos de três anos de experiência; 22,72% entre 4 e 6 anos; 15,15% entre sete e dez anos; 10,60% entre onze e vinte anos; enquanto que um índice relativamente alto de professores tem acima de vinte anos de experiência no Ensino Médio (22,72%).

Tabela 11 – Proporção de professores segundo experiência na docência

Experiência/anos	Ensino Médio		Outro nível	
	Nº	%	Nº	%
Sem experiência	-	-	16	24,24
0-3	18	27,27	25	37,87
4-6	15	22,72	8	12,12
7-10	10	15,15	5	7,57
11-20	7	10,60	6	9,09
Mais de 20	15	22,72	6	9,09
Total	66	100	66	100

Chama-se a atenção para alguns aspectos. Em primeiro lugar, a concentração das maiores proporções de professores entre os que têm menos de três anos de experiência (27,27%) e os que possuem mais de vinte (22,72%). Em segundo lugar, para o fato de que 50% dos professores pesquisados têm entre zero e 6 anos de serviço no Ensino Médio, o que permite afirmar que se trata de um corpo docente em início da carreira e com uma prática pedagógica relativamente pequena. Terceiro, para os altos índices de professores que não têm experiência profissional fora do Ensino Médio (24%).

De acordo com a periodização estabelecida por Huberman (1992), 22,72% dos professores pesquisados atravessam a etapa de estabilização, pois têm entre 4 e 6 anos de experiência; 25,75% as etapas de diversificação, pôr-se em questão, e de serenidade e

distanciamento afetivo, pois têm entre 7 e 20 anos; enquanto que um índice ainda alto (22,27%) atravessa as fases de conservadorismo e de desinvestimento, pois têm mais de 20 anos de experiência profissional. Colocado de outra maneira, é possível afirmar que a maior parte dos professores pesquisados (65,14%), encontra-se nas três fases iniciais do ciclo de vida profissional e um número relativamente alto desses (22,27%) está, ainda, na primeira fase, isto é, de entrada na carreira.

Considerações finais

No âmbito da amostra de professores de Ensino Médio da rede pública estadual de Uberlândia, o que se observa claramente, do ponto de vista do perfil sócio demográfico, é a preponderância de docentes do sexo feminino, com idade média de 41 anos, responsáveis majoritariamente por famílias pequenas, com renda inferior a três mil reais em média e renda familiar igual ou inferior a seis salários mínimos.

Quanto à renda familiar observa-se que a situação dos professores pesquisados é sensivelmente melhor do que a média da população em geral, no entanto, o mesmo não acontece se analisado seus índices de aumento, comparados aos do salário mínimo. De um modo geral, é possível afirmar que o salário do professor do Ensino Médio melhorou na última década, mas ainda está muito aquém do vencimento do professor de ensino superior.

Do ponto de vista profissional, os professores não cumprem com as exigências da LDB (1996) porque grande parcela deles (20%) só dispõe do título de ensino médio e a metade dos universitários não realizou ainda estudos de pós-graduação.

A situação funcional é melhor que a da média dos professores brasileiros, pois mais da metade são efetivos ou efetivados. Não obstante, chama a atenção o número elevado de professores que ainda possuem contratos precários ou temporários. Os professores, em geral, têm uma jornada de trabalho entre 21 e 40 horas semanais, trabalham em uma única escola e ministram uma só disciplina, mas permanecem muito tempo exercendo a docência (cinco horas por dia), lecionam para muitas turmas (nove ou mais) e as salas de aula são numerosas (mais de quarenta alunos em média).

Trata-se de um corpo docente heterogêneo na sua composição, que mistura juventude com maturidade, inexperiência com experiência, estabilidade com falta de estabilidade, boas condições de trabalho com condições inadequadas para o exercício profissional, formação com a falta da formação mínima exigida etc.

A análise dos dados coletados indica que ainda continuam sendo uma promessa, tanto o art. 87º, em seu inciso 3º da LDB/96 que estabelece como responsabilidade dos municípios e, supletivamente, do Estado e da União, realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância; bem como os princípios e pressupostos estabelecidos pelo MEC em 2008 em relação à garantia das condições necessárias para o exercício da docência pela via do fortalecimento da identidade e profissionalidade docente e da centralidade de sua ação no processo educativo, além do objetivo estratégico que trata da valorização dos profissionais da educação nesse nível de ensino.

Em fim, ainda quando a situação profissional dos professores não chega aos níveis de precariedade que apresenta em outros municípios do estado e do país, está muito longe de atingir os patamares desejados, o que é lamentável se levado em consideração que se trata do setor público. Professores que atuam em escolas da rede pública submetidos às condições identificadas explicam, em parte, o motivo pelo qual o novo modelo curricular para o ensino médio no país não consegue se estabelecer e consolidar como o Brasil merece e deveria.

Referências:

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G (Coord.). *Ensino Médio: Múltiplas vozes*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ANDRADE, E. R. ET. AL. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. São Paulo: Moderno, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Número de professores do Ensino Médio (regular, integral e normal) da Rede Pública de Uberlândia, MG, 2010. E-mail encaminhado por Luciana Lima, INEP, no dia 29/03/2011.

BRASIL. Lei n. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. *Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil* (GT Interministerial instituído pela Portaria nº. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e a Portaria nº. 386 de 25 de março de 2008). MEC: Brasília, julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. MEC: Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Sinopse do Professor, 2009. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em 01/04/2011.

CRUZ, M. F. *Desarrollo profesional docente*. Espanha: Grupo Editorial Universitário, 2006, 207 p.

CUNHA, M. I. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: ROMANOWSKI, J. P., MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. *Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente*. Curitiba: Champagnat, 2004, p. 31-42.

DIAS, M. A. S.; NUÑEZ, I. B.; RAMOS, I. C. O. Dificuldades na aprendizagem dos conteúdos: uma leitura a partir dos resultados das provas de Biologia do Vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2001-2008). *Revista Educação em Questão* (UFRN. Impresso), v. 37, p. 219-243, 2010.

DOMINGUES, J. J., TOSCHI, N. S., OLIVEIRA, J. F. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. *Educação & Sociedade*, ano XXI, no. 70, abril/2000, p. 63-79.

GATTI, B. A.; BARRETTO, W. S de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GAUTHIER, Clermont. et al. *Por uma teoria da pedagogia*. Pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Rio Grande do Sul: INIJUI: 1998 p. 480.

GONZÁLEZ REY, F. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: TACCA, M. C. V. R. (Org.). *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 29-44.

HUBERMAN, M. *O ciclo de vida profissional dos professores*. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vida de professores*. 2ª ed. Lisboa: Porto Editora, 1992, p. 31-62.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Criatividade no trabalho pedagógico e criatividade na aprendizagem: uma relação necessária? In: TACCA, M. C. V. R. (Org.). *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 69-94.

NUÑEZ, I. B. Estudo das necessidades formativas de professores (as) do Ensino Médio no contexto das reformas curriculares. *Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED*, 21 a 24 de novembro de 2004, Caxambu/MG, p. 1-19.

NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. Estudo da determinação das necessidades de professores: o caso do novo ensino médio no Brasil – elemento norteador do processo

formativo (inicial/continuado). *OEI-Revista Iberoamericana de Educación* (Online), Espanha, 2002, p. 1-18.

NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L.; UEHARA, F. M. G. As teorias implícitas sobre a aprendizagem de professores que ensinam ciências naturais e futuros professores em formação: a formação faz diferença? *Ciências & Cognição* (UFRJ), v. 14, p. 39-61, 2009.

PESTANA, M. I. (Coord.). Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília: Inep, 2009.

RICO, P.; SILVESTRE, M. *Proceso de enseñanza-aprendizaje*. Material impreso. La Habana: ICCP, 1997.

SILVA, A. F.; NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, Betânia Leite. Concepção dos professores de Química sobre a categoria competência no Ensino Médio. *Moderna On Line*, <http://www.moderna.com.br>, v. -, p. 1-10, 2003.

TORUNCHA, J. Z. Calidad educativa y diagnóstico del aprendizaje escolar. In: PUENTES, R. V.; ORRÚ, S. E. (org.). *As múltiples faces da avaliação*. Teoria e prática na educação. São João da Boa vista, Sp.: Unifeob, 2004, 149-176.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata. In: Veiga, I. P. A. *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas: Papirus, 2008, pp. 268-298.